



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** – PSL/RJ

## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

### PROJETO DE LEI Nº 3.090, DE 2019

Altera o artigo 148 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal.

**Autor:** Deputado DAVID SOARES

**Relatora:** Deputada CHRIS TONETTO

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.090, de 2019, do Deputado David Soares, foi apresentado em 22/05/2019, tendo o seguinte teor:

“Altera o artigo 148 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei aumenta as penas aplicadas ao crime de privação de liberdade mediante sequestro ou cárcere privado. Art. 2º Acrescente-se o §3º ao art. 148 do Código Penal – Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.148.....

.....  
§1º.....

IV – Revogado.

§3º No sequestro e no cárcere privado contra criança ou adolescente:

Pena – “reclusão de cinco a vinte anos.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Consta de sua justificação:

*O presente projeto de lei propõe aumentar a pena – cinco a vinte anos de reclusão no crime de sequestro praticado contra criança e adolescente.*

Apresentação: 30/04/2021 11:30 - CSSF  
PRL 2 CSSF => PL 3090/2019

PRL n.2



\* C D 2 1 0 1 5 2 5 5 6 3 0 0 \*



*Os crimes de sequestros e cárcere privado configuram-se um dos mais sérios, envolvem a transgressão da liberdade física de uma pessoa que fica à mercê da vontade de outra. Verifica-se que a atual cominação prevista para a conduta tipificada no artigo 148 do Código Penal é demasiadamente pequena, ou seja, de dois a cinco anos de reclusão.*

*Ressalte-se que, esta-proposição acrescenta o §3º ao art.148, aumentando a pena em cinco anos para o crime praticado contra a criança e adolescente, a pena máxima passará para vinte anos de reclusão.*

*Os comportamentos delineados neste crime apresentam um grave grau de ofensa à integridade física e psicológica da vítima, que levará bastante tempo para que voltem às suas condições normais, isto é, se um dia tais condições poderão ser restauradas.*

*Busca-se com esta iniciativa, aumentar o rigor do tratamento penal conferidos aos agentes praticantes do delito, uma vez que tal delito vem se tornando cada vez mais comum nas grandes cidades.*

*Tais criminosos devem ter uma severa punição. É necessária uma resposta legislativa a crimes tão graves como estes, e a forma encontrada é majorar suas penas, a fim de garantir que os criminosos tenham cada vez mais a certeza de que o Estado brasileiro atua de maneira firme e austera na persecução criminal.*

A proposição foi distribuída a esta Comissão permanente e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e art. 54 do Regimento Interno desta Casa), encontrando-se submetida à apreciação do Plenário, com tramitação ordinária.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Não há dúvidas de que as crianças e os adolescentes devem ser destinatários da mais viva tutela por parte do Estado.

Tanto assim é que, rompendo com o paradigma do vetusto Código de Menores, a Constituição da República, o Estatuto da Criança e do Adolescente e tratados internacionais firmados pelo Brasil, consagram o princípio da proteção integral.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada **CHRIS TONNETTO** – PSL/RJ

Dessa maneira, é indispensável que a sociedade civil, a família e o Poder Público, de maneira sinérgica, comprometam-se com a prevenção e repressão de comportamentos que afetem os interesses em liça.

De toda sorte, deve-se ter presente que a tábua axiológica que subjaz à estruturação de um Código não pode ser alterada sem a visão de todo.

Com efeito, ainda que a proposta seja bem-intencionada e meritória, esta busca tornar o delito em tela mais grave do que a extorsão mediante sequestro, que tanto é mais reprovável que catalogado como hediondo.

Dessa maneira, repise-se, sem qualquer desdouro aos bons propósitos do autor, não é viável o acolhimento do Projeto conforme originalmente apresentado, sendo necessário, pois um reparo no que tange à sanção proposta, de modo a evitar embaraços à legislação penal.

Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.090, de 2019, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 27 de abril de 2021.

Deputada **CHRIS TONNETTO**  
Relatora





## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.090, DE 2019**

Altera o artigo 148 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a fim de aumentar a pena aplicada ao crime de privação de liberdade mediante sequestro ou cárcere privado.

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º Esta lei aumenta as penas aplicadas ao crime de privação de liberdade mediante sequestro ou cárcere privado.

Art. 2º Acrescente-se o §3º ao art. 148 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.148.....

§1º.....

§3º Se o crime é praticado contra criança ou adolescente:

Pena – reclusão de quatro a oito anos.” (NR)

Art. 3º Fica revogado o inciso IV do art. 148 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 27 de abril de 2021.

Deputada **CHRIS TONNETTO**  
Relatora

